



ACONTECE

ANO 38 - Nº 317 - JAN / FEV - 2023

SINDICOMIS E ACTC PARTICIPARÃO DO COMITÊ QUE SERÁ CRIADO PELA SECRETARIA DE ESTADO DE NEGÓCIOS INTERNACIONAIS

Durante reunião entre o presidente e o diretor do SINDICOMIS/ACTC, respectivamente, Luiz Ramos e Oswaldo de Castro Neto, e o secretário de Estado de Negócios Internacionais de São Paulo, Lucas Ferraz (no centro da foto), as entidades foram convidadas a integrar o Comitê de Facilitação do Comércio do Governo do Estado, que está sendo construído pela Secretaria. O encontro teve uma hora e meia de duração e aconteceu no Palácio dos Bandeirantes, em 15 de fevereiro.



EDITORIAL



LUIZ RAMOS
Presidente do
SINDICOMIS/
ACTC/CIMEC

A TENTATIVA DO RETORNO DO VOTO DE QUALIDADE NO CARF É RETROCESSO E TIRO NO PÉ!

Acreditamos que o ministro Haddad tenha dado um tiro no próprio pé ao trazer à tona o retorno do voto de qualidade no CARF.

Diversas entidades e juristas de renome têm criticado abertamente essa tentativa do ministro da Fazenda, pois trata-se de um retrocesso.

Em nosso ponto de vista, o restabelecimento do voto de qualidade, por meio da Medida Provisória 1.160/2023, também não parece ser um movimento democrático do Governo Lula.

O CARF é um ente da Administração Pública e atua como revisor dos atos da própria Administração Pública Tributária Federal. A participação dos “contribuintes” não pode ir além da contribuição ao debate e da deliberação durante os julgamentos do órgão público.

Cumpramos lembrar que a origem desse modelo paritário de Conselho Administrativo de Revisão é permanente. Ele foi exigido pelas “elites econômicas” no período ciclônico da República Oligárquica, em 1924, com a finalidade de concordarem com a introdução do imposto de renda no Brasil e, assim, poderem controlar a sua cobrança.

O título II do artigo 142 do Código Tributário Nacional (CTN) determina: “*Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo, tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente; determinar a matéria tributável; calcular o montante do tributo devido; identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível*”.

Em parágrafo único, estabelece: “*A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional*”.

Ou seja, o ato de revisão do lançamento tributário não pode ser proferido sem a presença de um agente público competente (investido na carreira) no âmbito da Administração Pública, por razões ainda mais relevantes que a prerrogativa para realizá-lo (art. 142 do CTN e inciso XVIII do art. 37 da CR88).

O processo administrativo corresponde ao lançamento. Este, por sua vez, pode ocorrer em duas instâncias, assim como no âmbito federal. Ele não é, senão, um processo revisional da administração que, ao fim, poderá confirmar o lançamento como integral ou parcialmente definitivo.

Entendemos que devemos nos ater ao CTN, que é uma norma com eficácia de Lei Complementar, só podendo ser modificada por lei com a mesma eficácia.

Posto isso, a Lei Ordinária que determinar a continuidade, via judicial, do processo revisional do lançamento, em verdade, transformará um dos três Poderes do Estado em um revisor do lançamento, ferindo o CTN tanto formalmente, por passar a ser modificado por Lei Ordinária, quanto materialmente, por transformar o Poder Judiciário em lançador de tributo (já que o CARF, no processo revisional, julgou improcedente a peça fazendária).

Na verdade, o retorno do voto de qualidade é, como apontaram diversas entidades e juristas de renome, um retrocesso que levará ao aumento da judicialização e do contencioso



das decisões do órgão, justamente pela insegurança jurídica criada pela MP.

O pacote de ajuste fiscal anunciado pelo ministro da Fazenda causa preocupação não só pela forma como foi apresentado, mas, também, por indicar um cenário de aumento de impostos, cerceamento dos contribuintes e enfraquecimento da segurança jurídica.

Tudo indica que as propostas da Fazenda, caso venham a obter êxito, contribuirão para uma redução da renda dos trabalhadores, problemas na produtividade das empresas e, muito provavelmente, uma desaceleração da nossa economia.

Aguardamos, com muita ansiedade, o bom senso do ministro da Fazenda em desistir da demanda contida na Medida Provisória. Tentar o retorno do voto de qualidade do CARF gerará grande insegurança jurídica para toda a sociedade brasileira.

CCT AÉREO

PLATAFORMA JÁ EM FUNCIONAMENTO PARA TRANSMISSÃO DOS HAWBS AO CCT AÉREO IMPORTAÇÃO!

Não perca tempo e se atencipe a obrigatoriedade que será a partir de **JULHO 2023**.

Disponibilização para testes gratuitos.
Sua equipe poderá aprender e testar o preenchimento e transmissão em nossa plataforma sem custo pelo período de 2 meses.



Formatos de prestação do serviço:

- Integração via EDI com seu sistema; ou
- Acesso a nossa plataforma 100% web para preenchimento e transmissão ao CCT;



Agende já sua demonstração online através do e-mail comercial@comexpert.com.br indicando qual seria o melhor dia e horário.

A Comexpert é uma empresa verdadeiramente NEUTRA com expertise de mais de 12 anos em desconsolidação mercante, documental, MRUC Exportação, ponta operacional de desembaraço e agora CCT Aéreo, já tendo ajudado a mais de 100 agentes de carga a terem desconsolidado mais de 1 milhão de houses.

ATENÇÃO – O NOVO CCT AÉREO CONTA COM VOCÊ PARA SER APERFEIÇOADO

Desde 12 de janeiro, a Receita Federal começou a implantar o novo Controle de Carga e Trânsito (CCT) para o modal aéreo. A previsão é de que o tempo médio de liberação das cargas nos fluxos de comércio internacional seja 80% menor.

Além disso, o CCT Aéreo permitirá a utilização de um padrão internacional de envio de informações eletrônicas, por meio do padrão Cargo XML, desenvolvido pela *International Air Transport Association (IATA)*.

A fase de implantação teve início com a entrada em funcionamento do sistema em ambiente de treinamento do Portal Único SISCOMEX.

A Receita Federal do Brasil (RFB) recomenda que os operadores iniciem de imediato seus testes em ambiente de treinamento, assim como a adaptação dos seus sistemas, para que estejam aptos a operar por meio do CCT Aéreo durante o primeiro semestre deste ano (quando ocorrerá sua implantação definitiva e a substituição do atual sistema Mantra).

Mais detalhes em <https://bit.ly/3iNZqjT>.

Segundo a RFB, mesmo estando disponível e atualizado o manual do usuário do CCT Importação, novas soluções podem ser implementadas.

Contribuições para melhorias do conteúdo



são bem-vindas e poderão ser enviadas, assim como outras dúvidas ou sugestões relacionadas, para a caixa corporativa da Divisão de Despacho de Importação da Coordenação-Geral de Administração Aduaneira da RFB: diimp.coana.df@rfb.gov.br.

LANÇAMENTO DA ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO PORTUÁRIO E MARÍTIMO



Em 6 de fevereiro, o SINDICOMIS e a ACTC acompanharam a solenidade de lançamento da Academia Brasileira de Direito Portuário e Marítimo (ABDPM), no Clube Naval, em Brasília (DF). Estiveram presentes ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST), além de desembargadores, juízes, advogados, agentes reguladores e ministros do governo federal.

A abertura do evento foi conduzida por Guilherme Augusto Caputo Bastos, ministro do

TST; Gilmar Mendes, ministro do STF; e Márcio França, ministro dos Portos e Aeroportos.

Em sua fala, Gilmar Mendes abordou a relação do direito marítimo com a soberania nacional e com os relacionamentos internacionais e a importância de o Estado possuir autoridade suprema. Reforçou, ainda, que o direito marítimo é um tema ainda pouco explorado em sede acadêmica e doutrinária, mas que possui uma riqueza abundante: “Ele disciplina as relações e as atividades que envolvem o mar, como a navegação, a pesca,

a exploração de recursos marinhos e questões ambientais”.

Para o ministro, a ABDPM contribuirá para que a produção literária seja estimulada e modernize a própria legislação brasileira. “O direito vai organizar a paz nos mares”, declarou.

Márcio França, por sua vez, falou sobre os conflitos nas áreas portuárias e marítimas, que não são recentes, e citou que seu ministério trabalha com “menos burocracia e mais eficácia”.

O presidente do SINDICOMIS, da ACTC e da CIMEC, Luiz Ramos, vê esta iniciativa como um norte acadêmico e um agente transformador. “Penso que a Academia, ao difundir o conhecimento do direito marítimo e portuário, oportunizará mais debates de temas específicos nas regiões portuárias do Brasil. É um grande avanço para todo o setor”, disse.

O Grupo de Estudos de Direito Portuário, precursor da atual ABDPM, foi instituído em agosto de 2019, com o objetivo de intensificar e estimular a produção literária e doutrinária neste sentido.

ALINHAMENTO COM O GOVERNO ESTADUAL

Durante reunião entre o presidente e o diretor do SINDICOMIS/ACTC, respectivamente, Luiz Ramos e Oswaldo de Castro Neto, e o secretário de Estado de Negócios Internacionais de São Paulo, Lucas Ferraz, as entidades foram convidadas a integrar o Comitê de Facilitação do Comércio do Governo do Estado, que está sendo construído pela Secretaria. O encontro teve uma hora e meia de duração e aconteceu no Palácio dos Bandeirantes, em 15 de fevereiro.

O secretário comunicou sobre a criação do OEA Estadual. Luiz Ramos e Oswaldo Castro, por sua vez, anunciaram a nacionalização do SINDICOMIS, que passa a representar 17.500 empresas no Brasil; expuseram algumas das principais dificuldades enfrentadas pelos associados, como questões tributárias estaduais e a guerra fiscal entre outros estados; e, principalmente, sugeriram soluções para fomentar as exportações, gerar mais empregos e trazer mais empresas e divisas para São Paulo.

“A maior barreira do comércio internacional é a burocracia”, destacou Lucas Ferraz. O secretário contou sobre algumas das iniciativas da sua pasta, incluindo o projeto da Universidade de São Paulo (USP) baseado no Port Community System (PCS), plataforma eletrônica que reúne e integra as informações e sistemas dos envolvidos com o comércio marítimo, como importadores, exportadores, portos, órgãos fiscalizadores, agentes, armadores, operadores de terminais portuários,



as, autoridades portuárias, entre outros.

“Estimamos que somente o Porto de Santos poderá gerar R\$ 1 bilhão de redução por ano”, pontuou Ferraz. Nesse sentido, Ramos e Castro fizeram algumas considerações e propuseram a realização de um encontro para discutir o tema na Associação Comercial de Santos.

Também ficou definido que haverá uma nova reunião para abordar aspectos tributários junto ao primeiro escalão da Secretaria da Fazenda do Estado. Ramos anunciou sua ida a Genebra (Suíça) em março próximo, para participar do congresso internacional da FIATA, e informou que terá um encontro com o presidente dessa entidade para definir, entre outros assuntos, a realização do próximo congresso internacional na cidade de São Paulo.

SÃO PAULO NO CAMINHO CERTO

Na plenária presencial da FecomercioSP, ocorrida em 27 de fevereiro, o governador Tarcísio de Freitas deu um passo decisivo para tornar o estado de São Paulo tributariamente competitivo no cenário nacional. Na ocasião, ele assinou 11 decretos que restabelecem cargas tributárias vigentes em 2020 e oferecem novos benefícios às indústrias.

O evento contou com a presença do vice-governador, Felício Ramuth; do secretário de Governo, Gilberto Kassab; do presidente do Ciesp (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo), Rafael Cervone; e do diretor titular do Departamento Jurídico do Ciesp, Hélcio Honda.

“Essas mesmas disparidades tributárias e algumas das instabilidades jurídicas que travam o desenvolvimento do estado de São Paulo foram discutidas por nossas entidades (SINDICOMIS e ACTC) durante a reunião que eu e nosso diretor executivo, Oswaldo Castro, tivemos com o secretário estadual de Negócios Internacionais, Lucas Ferraz, dias atrás – mais precisamente, em 15 de fevereiro”, pontua Luiz Ramos, presidente do SINDICOMIS/ACTC.

“Na ocasião, apresentamos algumas das desigualdades geradas pela guerra fiscal existente entre os estados brasileiros, na qual São Paulo tem estado em desvantagem”, completa Ramos. “Ficamos honrados com o convite que recebemos do secretário para que participássemos do Comitê que está sendo criado pelo governo nesse sentido. Prontamente o aceitamos.”

Agora, de acordo com Ramos, a confiança no governo Tarcísio se solidificou ainda mais. “Era hora de deixar de eternas discussões e partirmos para a ação”, finaliza.



PORTAL SISCOMEX: PARTICIPE DOS TESTES DOS NOVOS ATRIBUTOS DE NCM PARA OPERAÇÕES DE IMPORTAÇÃO

Desde 6 de março, o Portal Único SISCOMEX disponibiliza, em ambiente de treinamento, os atributos vinculados aos códigos NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) dos capítulos 74 a 97 para as operações de importação.

É fundamental a participação do setor privado nestes testes, uma vez que o Novo Processo de Importação (NPI) já vem sendo implementado e influencia diretamente nos processos de empresas do comércio exterior.

De acordo com a Secretaria de Comércio Exterior (Secex) e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), os atributos liberados neste momento foram objeto de análise após a Consulta Pública realizada entre 15 de outubro e 31 de dezembro de 2021, sendo vinculados às NCM somente para as operações registradas via Declaração Única de Importação (DUIMP).

Ao fim desta etapa, os subitens NCM dos capítulos 01 a 97 também serão disponibilizados no ambiente de treinamento. O projeto e planejamento completo podem ser consultados na página [Mapeamento e Definição dos Atributos](#).

PARCERIA FORTALECIDA COM A FIERG-RS E FECOMERCIO-RS



No início de janeiro, o presidente do SINDICOMIS, da ACTC e da CIMEC, Luiz Ramos, esteve no Rio Grande do Sul, onde cumpriu agenda na Fecomercio-RS, na Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS-RS) e no Palácio Piratini (sede do governo estadual).

FECOMERCIO-RS

Luiz Ramos reuniu-se com o presidente da Fecomercio-RS e 2º vice-presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Luiz Carlos Bohn, e com a responsável pela Gerência de Certificações, Neusa Machado.

Na ocasião, Ramos discutiu a base territorial do SINDICOMIS e como a entidade pode colaborar com o avanço da emissão de certificados de origem. Também apresentou a Câmara de Mediação e Arbitragem de Conflitos (CIMEC), gerando interesse da Fecomercio-RS em realizar uma parceria para a adoção de seus serviços.

Luiz Bohn elogiou as entidades e afirmou que a Fecomercio-RS pode contar com a parceria e o apoio do SINDICOMIS e vice-versa.

FIERGS-RS

Ramos visitou, ainda, a FIERGS-RS, onde se reuniu com Gilmar Caregnatto e André Velloso da Silveira, coordenadores técnicos responsáveis pela Gerência de Relações Internacionais e Comércio Exterior.

Ali, foram discutidos o ATA Carnet e sua possível continuidade no Brasil, bem como o apoio da base territorial do SINDICOMIS. Também foram feitos planos de trabalho em conjunto, voltados para o comércio exterior, como palestras e outros eventos a serem desenvolvidos.

A FIERGS-RS se colocou à total disposição do SINDICOMIS, oferecendo apoio em exigências legais dentro da área do comércio exterior.

PALÁCIO PIRATINI

A reunião com o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, não ocorreu porque o político precisou viajar a Brasília para discutir assuntos urgentes. Dessa forma, determinou-se que Artur Lemos Júnior, secretário-

chefe da Casa Civil, recebesse Luiz Ramos.

Nesta oportunidade, Ramos transmitiu suas felicitações ao governador eleito por sua posse e ressaltou a importância do Rio Grande do Sul, sendo ele a porta do Mercosul.

Complementou dizendo ser fundamental a realização de eventos e palestras, e que a desburocratização e a facilitação do comércio devem ser discutidas em parceria com o governo estadual.

Reforçou, inclusive, a necessidade do fortalecimento da expansão das câmaras de julgamento do CARF, tanto para o Rio Grande do Sul quanto para outros estados.



SINDICOMIS, ACTC E CIMEC PRESTIGIAM POSSE DE MINISTROS E SECRETÁRIOS DO GOVERNO LULA



O SINDICOMIS, a ACTC e a CIMEC prestigiaram a posse dos ministros e secretários do governo Lula ao longo da primeira semana de janeiro, além de agendar as futuras audiências acerca das pautas de interesse das categorias econômicas representadas pelas entidades.

Leia os destaques de cada cerimônia:

Geraldo Alckmin (Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços)



- Prometeu a retomada da industrialização do país: "O Brasil pode ser e será um grande protagonista do processo de descarbonização da economia global".

- Disse que reforçará os laços com o Conselho Nacional da Indústria (CNI) e fortalecerá o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). "É um banco historicamente vital para políticas estruturadas de desenvolvimento. Vamos fortalecer o papel do BNDES como alavanca do desenvolvimento econômico e social."

Márcio França (Portos e Aeroportos)



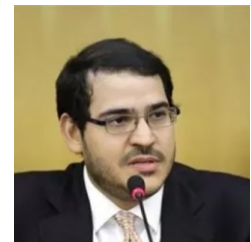
- Afirmando que a população decidiu pelo "respeito ao serviço público, garantia ao servidor público e, acima de tudo, admiração ao serviço público".

- Ressaltou que, "se depender da nossa vontade", o Porto de Santos será renomeado para "Santos Pelé", em forma de homenagear e manter viva a memória do Rei do Futebol, que morreu no dia 29 de dezembro, em decorrência do avanço de um câncer de cólon.

- França reconheceu um "desafio muito grande" na área, dizendo que, "para onde você olha, há muito o que fazer".

- O ex-governador observou, ainda, que valoriza "todas as categorias de trabalhadores portuários e aeronautas", destacando que o déficit social se apresenta como maior desafio "em qualquer setor do nosso governo".

Jorge Messias (AGU)



- Defendeu a harmonia entre os poderes e o "resgate" da democracia. "Ao assumir a AGU, espero dar uma contribuição decisiva para o resgate da nossa democracia, com a retomada da harmonia entre os poderes da República", disse o novo advogado-geral da União.

- Messias considerou "inadmissível" o que chamou de "banalização" de discursos de ódio e intolerância. "Repudiamos a apologia à violência e o autoritarismo."

Luiz Marinho (Trabalho)



- Destacou a importância do fortalecimento dos sindicatos para a democracia. "Teremos muito trabalho. O ministério deve valorizar as

negociações coletivas, e isso requer sindicatos fortes, com ampla base de representação e representatividade. Reforço a importância para acelerar o processo de regulamentação da Convenção 151 da OIT (*a liberdade sindical e a inclusão de funcionários públicos na negociação das condições de trabalho*).

- Defendeu, ainda, a revogação da atual legislação trabalhista de forma fatiada e uma revisão parcial na regulamentação.

- Descartou a volta do imposto sindical. "A organização dos sindicatos de trabalhadores empregados não tem absolutamente nada a ver com o retorno do imposto sindical."

- Ressaltou o objetivo do novo governo para a retirada integral do projeto de regulamentação da Carteira Verde e Amarela.

Marina Silva

(Meio Ambiente e Mudanças Climáticas)



- Afirmou que o Brasil tem como meta recuperar 12 milhões de hectares de áreas degradadas.

- Disse que o país honrará com todos os seus compromissos nacionais e internacionais.

- "Não faremos transição energética da noite para o dia. Não faremos economia de baixo carbono da noite para o dia. Se as pessoas querem produtos de base sustentável, aqui será o endereço. Só os negacionistas não reconhecem a agenda ambiental."

-A nova ministra observou que defenderá e atuará internamente para que o Brasil consiga finalizar o acordo comercial do Mercosul com a União Europeia (UE). Após 20 anos, o tratado foi fechado entre os blocos durante o governo de Jair Bolsonaro. Precisa, no entanto, ser ratificado pelos parlamentos da UE e do bloco do Sul.

- Será criada a [Autoridade Nacional de Segurança Climática](#), autarquia, vinculada à pasta.

Paulo Pimenta (SECOM)



- Será responsável por formular e implementar a política de comunicação e de divulgação das ações e dos programas do governo federal, além de cuidar do relacionamento com a imprensa.

- Deve discutir a regulação de internet.

- É o nome mais poderoso do PT no Rio Grande do Sul. Foi responsável por organizar a campanha presidencial de Lula no estado.

Renan Filho (Transportes)



- Elogiou o ex-chefe da Infraestrutura do governo Bolsonaro, Marcelo Sampaio, que esteve presente em sua posse. Disse que a pasta "estará de portas abertas para a sua volta".

- Renan Filho ficará com o comando do Ministério dos Transportes, respondendo por rodovias e ferrovias.

Simone Tebet (Planejamento)



- Em seu discurso de posse, agradeceu a Lula pela oportunidade e confiança e ressaltou que o governo colocará o brasileiro no orçamento, mas sem descuidar da responsabilidade fiscal.

- "Os pobres estarão, prioritariamente, no orçamento público. A primeira infância, idosos, mulheres, povos originários, pessoas

com deficiência, LGBTQIA+. Passou da hora de dar visibilidade aos invisíveis. Tem de abarcar todas essas prioridades, sem deixar de ficar de olho na dívida pública", afirmou.

- Tebet deixou claro que o presidente está ciente de que possui posições não convergentes com outros integrantes da equipe, como, por exemplo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

- "Eu disse: 'presidente, nessa pauta [*de economia*], eu, Haddad, Alckmin e Esther temos divergências econômicas'. Lula me ignorou, como se dissesse: 'É isso que eu quero. Sou um presidente democrata. Quero diferentes para somar, pois é assim que se constrói uma sociedade democrática'", garantiu.

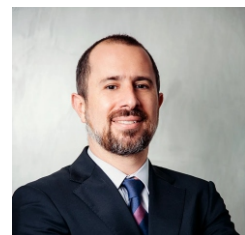
- Destacou que a Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas fará parte do Ministério do Planejamento, assim como que a intenção é trabalhar em parceria com o Tribunal de Contas da União (TCU), avaliando o custo-benefício das políticas públicas para evitar desperdício de dinheiro. "Pior do que gastar dinheiro é gastar mal", afirmou.

Tatiana Prazeres (Secretária de Comércio Exterior)



- Já comandou a Secex entre 2011 e 2013, no primeiro governo de Dilma Rousseff (PT).

Vinicius Marques de Carvalho (CGU)



"A partir de hoje, a Lei de Acesso à Informação voltará a ser cumprida. O Portal da Transparência voltará a desempenhar o seu papel. Não há democracia sem um estado transparente."

LUIZ RAMOS CUMPRE EXTENSA AGENDA EM BRASÍLIA

Entre os dias 1º e 3 de março, o presidente do SINDICOMIS, ACTC e CIMEC, Luiz Ramos, reuniu-se com autoridades de Brasília para tratar de assuntos importantes das categorias representadas.

Deputado federal Cezinha de Madureira

O primeiro compromisso de Luiz Ramos foi no gabinete do deputado federal Cezinha de Madureira. Lá, discutiu-se a questão dos fretes internacionais, a nacionalização do SINDICOMIS e a consequente ampliação da sua base de representação geográfica. Nesse sentido, Ramos explicou que prossegue com as tratativas neste sentido junto ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Uma vez que o deputado Cezinha está cotado para ser o novo presidente da Comissão de Viação e Transportes (CVT) da Câmara dos Deputados, sua chefe de gabinete, Márcia Torres Fernandes, sugeriu que as próximas reuniões na Casa sejam acompanhadas semanalmente pela Assessoria de Relações Governamentais do SINDICOMIS/ACTC.

Deputado federal Marco Aurélio Bertaiolli

Em audiência, o deputado Marco Aurélio Bertaiolli recebeu, das mãos de Luiz Ramos, o estudo elaborado pelo Grupo Técnico-Jurídico de Comércio Exterior e Assuntos Aduaneiros (GT-J) – colegiado institucionalmente vinculado ao Comitê Técnico de Comércio Exterior e Fiscal (COMITEC) do SINDICOMIS/ACTC – sobre a volta do Voto de Qualidade no CARF, que consta da MP 1.160/23.

Bertaiolli afirmou que o material é “de grande contribuição para os trabalhos que estão em andamento nesse sentido” e defendeu o pedido de modernização do CARF, tema para o qual solicitou apoio das entidades.

Ramos comunicou a questão dos fretes internacionais e a criação dos perfis das Comissões de Despacho e dos OTMs no SISCOEX.

Dada a relevância das pautas de que o deputado participa, Ramos o convidou a conhecer e palestrar no COMITEC.

Ministério de Portos e Aeroportos

Em audiência com Roberto Gusmão, secretário executivo do Ministério de Portos e



Roberto Gusmão e Luiz Ramos



Luiz Ramos e o deputado Marco Bertaiolli

Aeroportos, Ramos discorreu sobre a situação dos OTMs e dos fretes internacionais, a qual conta com pareceres oficiais da Federação Internacional das Associações de Transitários (FIATA), FecomercioSP e Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Para tratar do projeto dos OTMs, que é de interesse nacional, Ramos propôs uma agenda comum com os diretores setoriais da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). O secretário Gusmão afirmou que levará essas informações ao ministro Márcio França.

Também foi relatada pelo presidente Ramos a forte ligação entre a FIATA e a ACTC, condição esta que fortalece as relações institucionais entre as entidades e gera, entre outros

benefícios, a facilitação do comércio internacional brasileiro e a promoção de congressos e seminários de grande importância ao setor.

Em seguida, Ramos apresentou o COMITEC, convidando o secretário e o ministro França a palestrar nesse evento.

Sede do CARF

Na sede do CARF, Luiz Ramos reuniu-se com o novo presidente do órgão, Carlos Higino Ribeiro de Alencar, e com o delegado da Receita Federal do Brasil em Fortaleza, Dário da Silva Brayner Filho.

Ramos entregou a Higino o livro que celebra os 70 anos do SINDICOMIS/ACTC e ressaltou o trabalho que as entidades realizam em indicações para a composição dos conselheiros do CARF – citando, em especial, o conselheiro Oswaldo Castro Neto.

Ele informou, também, sobre o relacionamento institucional com as gestões anteriores, lembrando a participação dos antigos presidentes do CARF no fórum de debates COMITEC. Nesse sentido, convidou Higino a palestrar em um dos próximos eventos. Este, por sua vez, agradeceu pelo convite e explicou que sua participação deverá ocorrer após o Poder Legislativo definir todas as tratativas relacionadas ao CARF que estão em andamento.

Higino sublinhou que pretende fazer uma gestão ética; contribuir para um país com maior segurança jurídica; reduzir litígios tributários e aduaneiros no âmbito administrativo e reduzir o prazo de análise dos processos de três anos para um ano.

Ramos entregou ao presidente do CARF o parecer jurídico elaborado pelo GT-J (Grupo Técnico-Jurídico de Comércio Exterior e Assuntos Aduaneiros), do SINDICOMIS, que dispõe sobre o voto de qualidade no órgão, inconstitucionalidades e ilegalidades. Sugeriu, ainda, a criação de uma câmara aduaneira junto ao CARF.

Ministério do Trabalho e Emprego

Já no Ministério do Trabalho e Emprego, Ramos conversou com Lene Teixeira, chefe de gabinete do ministro Luiz Marinho.

O presidente do SINDICOMIS/ACTC convidou o ministro a palestrar no COMITEC,

ressaltando a importância da participação dos representantes dos sindicatos laborais no evento.

Destacou, também, o trabalho desenvolvido pela Câmara Internacional de Mediação e Arbitragem de Conflitos (CIMEC) e pelo GT-J, assim como a relevância do fortalecimento das convenções coletivas. Ramos colocou-se à disposição para enviar estudos de interesse, no sentido de contribuir com o Ministério do Trabalho.

Por fim, ele entregou os documentos do processo de nacionalização do SINDICOMIS para análise do ministro Luiz Marinho.

CONFAC

A reunião no Comitê Nacional de Facilitação de Comércio (CONFAC) foi extensa e produtiva, contando com a participação da diretora do Departamento de Promoção das Exportações, Cultura Exportadora e Facilitação do Comércio (DPFAC), Janaina Batista Silva; do gerente do Portal Único de Comércio Exterior, Tiago Martins Barbosa; e da chefe de divisão, Nícia Pereira.

Dentre os assuntos estavam a nova área de atuação do Departamento no Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC); a participação do SINDICOMIS/ACTC no próximo encontro internacional da FIATA, em Genebra (Suíça) e no CONFAC, sempre discutindo temas importantes e sugerindo pautas; a live realizada pela ACTC e FIATA sobre a facilitação do comércio; o COMITEC – para o qual Janaina Silva foi convidada a palestrar –; a questão dos fretes internacionais; a Câmara Internacional de Mediação e Arbitragem de Conflitos (CIMEC), entre outros.



Dário da Silva, Carlos Higino e Luiz Ramos



Janaina Batista Silva e Luiz Ramos



Luiz Ramos e Lene Teixeira

NUNO FRACHT
INTEGRADOR LOGÍSTICO

SEU INTEGRADOR LOGÍSTICO DE PONTA A PONTA.

- Pharma
- Healthcare
- Maquinário
- Químico
- Automotivo

SINDICOMIS E SUA EMPRESA: JUNTOS PARA CAPACITAR SEUS COLABORADORES

Dois mil e vinte e três começa com uma ótima notícia: o SINDICOMIS, a ACTC e a CIMEC estarão ainda mais próximas à sua empresa na qualificação e capacitação profissional da equipe de colaboradores e dos ocupantes da alta gestão.

Para isso, o primeiro passo é conhecermos quais são os cursos mais apropriados e necessários para cada um dos nossos representados e associados.

A Assessoria da Presidência das entidades elaborou uma pesquisa bastante objetiva para identificar essas necessidades e oferecer os melhores programas.

[Para preenche-la, basta clicar aqui.](#)

Não leva nem cinco minutos e, certamente, proporcionará muitas vantagens à sua empresa!

Obrigado,

Equipe SINDICOMIS, ACTC e CIMEC



ASSESSORIA TÉCNICA E JURÍDICA DO SINDICOMIS/ACTC PROPÕE PARCERIA AOS ASSOCIADOS E FILIADOS NAS DEMANDAS SOBRE REDUÇÃO DO AFRMM E EXCLUSÃO DO ICMS SOBRE PIS/COFINS

Nossas entidades podem **ajudar a sua empresa**, caro Associado ou Filiado, a **fazer com que seus clientes se beneficiem de reduções fiscais !**

Mais do que isso: **sua empresa pode ampliar o leque de serviços oferecidos** e, conseqüentemente, **umentar seu faturamento**.

O melhor é que esse passo à frente pode ser dado sem a necessidade de investir na contratação direta de advogados especializados nessas e em outras questões correlatas.

Vamos a dois exemplos nos quais sua empresa já pode oferecer soluções e largar na frente dos seus concorrentes. São temas que permitem significativa redução tributária para os seus clientes e, evidentemente, contam com amparo legal:

- a MP que pacificou o debate sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins;
- e a redução de 50% da alíquota do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), sobre a qual já existe jurisprudência.

Como fazer **para operacionalizar** essa oportunidade de ampliar o seu rol de serviços e o seu faturamento?

Todos os Associados e Filiados que se interessarem em oferecer esses e outros benefícios tributários aos seus clientes (reforçamos: que reduzirão seu custo operacional de importação) **podem contar com a parceria junto à Assessoria Técnica e Jurídica do SINDICOMIS/ACTC**, time formado por profissionais de altíssima qualificação e experiência.

Para não tornar este comunicado longo demais, os interessados podem enviar seus questionamentos para sindicomis@sindicomis.com.br ou nos contatar pelo telefone (11) 3255-2599. Explicaremos em detalhes estas questões e como colocar em prática esta parceria tríplice (sindicato -associado/filiado-cliente).





CIMEC PROMOVE TRÊS CURSOS EAD SOBRE MEDIAÇÃO

A CIMEC (Câmara Internacional de Mediação e Arbitragem de Conflitos) abriu as inscrições para três cursos em formato EAD (Educação à Distância) sobre mediação.

Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail contato@camaracimec.com.br, telefone |11| 2391-6044 ou WhatsApp |11| 97062-1534.



Carga Horária: 60 horas

Objetivos: Ao final do curso, o aluno deverá ser capaz de reconhecer as peculiaridades da conciliação e da mediação; conhecer suas etapas, princípios e o código ético dos facilitadores; dominar as respectivas técnicas e saber aplicá-las, empregando adequadamente métodos preventivos (extrajudiciais) e consensuais de solução de conflitos (em especial, conciliação e mediação), com o objetivo da pacificação social e da ampliação do acesso à justiça alternativa.

Metodologia: vídeo-aulas, vídeos interativos, apostilas e arquivos em PPT e/ou PDF, hyperlinks, aulas síncronas para esclarecimento de dúvidas, atividades e trabalhos complementares.

Instrutores:

Carlos Savoy – Mediador privado e conciliador judicial; coordenador da CIMEC e do Centro Harmonia de Mediação (Angola); diretor da Comissão de Mediação da OAB Jabaquara; diretor-secretário da ABRAMAC (Associação Brasileira de Mediação, Arbitragem e Conciliação).

Giovanni Galvão – Doutor em direito urbanístico e consultor em direito ambiental e em terceiro setor. Fundador e diretor de diversas entidades comunitárias sociais, culturais e ambientais.



Carga Horária: 20 horas

Objetivos: Ao final do curso, o aluno deverá ser capaz de conhecer suficientemente as muitas especificidades da mediação na esfera consumerista, atuando com qualidade nas plataformas "Reclame Aqui" e "Consumidor.gov". As aulas têm foco na utilização da forma de comunicação para negociação com empresas, bem como para aprimorar o atendimento aos consumidores.

Metodologia: vídeo-aulas, vídeos interativos, apostilas e arquivos em PPT e/ou PDF, hyperlinks, aulas síncronas para esclarecimento de dúvidas, atividades e trabalhos finais.

Instrutor: Carlos Savoy – Mediador privado e conciliador judicial; coordenador da CIMEC e do Centro Harmonia de Mediação (Angola); diretor da Comissão de Mediação da OAB Jabaquara; diretor-secretário da ABRAMAC (Associação Brasileira de Mediação, Arbitragem e Conciliação).



Carga Horária: 20 horas

Objetivos: Ao final do curso, seu frequentador (advogados, empresários, gerentes e funcionários de RH) apresente aptidão para a utilização dos Métodos Alternativos de Solução de Conflitos dentro e fora dos tribunais e domine os conceitos de cláusula compromissória, a terminologia utilizada em acordos de mediação, as técnicas de mediação e negociação e sua utilização correta na solução de conflitos.

Metodologia: vídeo-aulas, vídeos interativos, apostilas e arquivos em PPT e/ou PDF, hyperlinks, aulas síncronas para esclarecimento de dúvidas, atividades e trabalhos finais.

Instrutor:

Carlos Savoy – Mediador privado e conciliador judicial; coordenador da CIMEC e do Centro Harmonia de Mediação (Angola); diretor da Comissão de Mediação da OAB Jabaquara; diretor-secretário da ABRAMAC (Associação Brasileira de Mediação, Arbitragem e Conciliação).

Giovanni Galvão – Doutor em direito urbanístico e consultor em direito ambiental e em terceiro setor. Fundador e diretor de diversas entidades comunitárias sociais, culturais e ambientais.

FIATA E ACTC: CADA VEZ MAIS PRÓXIMAS, CADA VEZ MAIS FORTES!

As relações institucionais entre a FIATA e a ACTC vêm se solidificando continuamente nos últimos quatro anos.

Assim, os benefícios aos associados da ACTC e, conseqüentemente, do SINDICOMIS, são ampliados. Durante este ano, novos deverão ser anunciados, proporcionando vantagens importantes à categoria no Brasil.

A **FIATA REVIEW** é a publicação oficial da entidade, divulgada mundialmente. Como sinal de que a parceria com a ACTC está cada vez mais sólida, o COMITEC foi citado nesta última edição e a CIMEC será um dos assuntos da pauta que o presidente destas três entidades brasileiras terá com o diretor-geral da FIATA, Stéphane Graber, em março, na Suíça.



FIATA REVIEW | #114 | MARCH 2023

FIATA MEMBERSHIP

FIATA'S MEMBERS UNITED IN THEIR NEWS



ASOCIACION HONDUREÑA DE AGENCIAS DE CARGA Y LOGISTICA INTERNACIONAL - AHACI
Representatives of the Honduran Maritime Chamber of Commerce, accompanied by the President of AHACI, Luis Hernández, presented the Port Digitalization Technical Assistance project for the Honduran port and maritime sector to the public and private sector, which is financed by the United States Trade and Development Agency. The project includes analysis of and recommendations for the ongoing digital transformation of the ports of Puerto Cortes and San Lorenzo, helping to facilitate international trade and attract investment to Honduras.

ASSOCIACAO NACIONAL DAS EMPRESAS TRANSITARIAS, AGENTES DE CARGA AEREA, COMISSARIAS DE DESPACHOS E OPERADORES INTERMODAIS - ACTC
Tax and International Trade Technical Committee (COMITEC)
Created in the 1990s, COMITEC emerged from the necessity for a less bureaucratic space for dialogue between the represented categories and the national public power. In this way, having hybrid meetings, enabling in-person and remote participation, COMITEC seeks to clarify doubts and raise proposals in a direct and practical manner through encounters between the associated member and the international trade entities' representatives. In this sense, the event also stands out for creating the possibility of networking and exchange of feedback among international trade players.

ASSOCIATION FOR TRANSPORT, FREIGHT FORWARDING AND LOGISTICS ORGANIZATIONS IN UKRAINE - "UKRZOVNSHTRANS"
On November 25, Kyiv hosted the annual All-Ukrainian conference Logistics Day "Restoration of supply chains in wartime and post-war-time conditions", attended by more

than 200 Ukrainian logistics managers. Deputy Minister of infrastructure of Ukraine, Mustafa Nayem, opened the conference with a report "Transport front: logistics in war conditions" mentioning among other things the government program for the evacuation of enterprises to safe areas of the country, which was used by hundreds of small and large private companies. On December 22, the "UKRZOVNSHTRANS" also took part in the UNECE International Online Seminar on Trade and Transport Promotion "Regulation of the European Union on Electronic Freight Information (eFTI)". The eFTI Regulation was adopted in August 2020 with the prospect of its full implementation by all EU member states in 5 years. Its aim is to ensure that all exchange of information on the transport of commercial goods within the European Union is multimodal and electronic. It offers a framework for the transition from the exchange of documents accompanying goods in international trade and transport to the exchange of data and datasets. This Regulation concerns the internal exchange of information in the European Union, and the work on its implementation is not well known in third countries, including countries seeking to join the EU.

ASSOCIATION OF INTERNATIONAL FREIGHT FORWARDERS & LOGISTICS ENTERPRISES OF GREECE - IFFRAGM
The Board of Directors has been renewed and the following members will take office for 2023-2026: Nicos Argyrides, Go Freight SA, Chairman; Maria Kazanga Multi-Solution Logistics Third Party PC, General Secretary; George Stamos, Goidair Cargo AE, Senior VP; Eli Moucha, M&M Miltzer & Munch SA, Deputy VP; Georgia Kasimati, Attica Movers SA, Treasurer; Vasilis Iliadis, Golden Cargo SA, Member; Panagiotis Papaioannou, Synergy SA, Member; Angelia Kovaiki, Ciffa Manager; Evgenia Tsiarli, Manager's Assistant. Counting 97 individual members, the new Chairman will put his extensive experience in transport, freight forwarding, customs and finance to the benefit of the association's members.

CANADIAN INTERNATIONAL FREIGHT FORWARDERS ASSOCIATION, INC. - CIFFA
CIFFA is pleased to celebrate its 75th anniversary in 2023. CIFFA was founded in September 1948 in Montreal by a small group of freight forwarders. "To unite into a cohesive organization, as bona fide freight forwarders, those engaged in the business of foreign freight forwarding, and "to support and protect the character, status, and interest of foreign freight forwarders by establishing uniform trade practice and regulations and eliminating trade evils and abuses." These principles remain unchanged to this day, while the Association and its members have come a long way since those early beginnings. CIFFA now represents the interests of some 300 members including forwarders, freight brokers and dray carriers.

Conheça **todas as soluções** que a Allink pode oferecer para sua

LOGÍSTICA INTERNACIONAL



Frete marítimo para carga consolidada LCL e contêiner

Frete aéreo

Minha carga segura

Representação nos portos brasileiros

Desconsolidação de CE Mercante

Gestão e controle de demurrage

Agente recebedor de carga no Brasil

allink.com.br | 11 3254-9700

ALLINK
NEUTRAL PROVIDER





JURISTAS DEBATEM NO GT-J O FIM DO “VOTO DE QUALIDADE” NO CARF

Aconteceu em 19 de janeiro a primeira reunião de 2023 do GT-J, colegiado de profissionais do Direito, vinculado ao Comitê Técnico de Comércio Exterior e Fiscal (COMITEC) do SINDICOMIS/ACTC.

Luiz Ramos, presidente dessas entidades, saudou os presentes, desejou um bom ano a todos e solicitou ao grupo que analisasse a Medida Provisória que restabeleceu o chamado “Voto de Qualidade” no CARF, assunto sobre o qual as entidades já se manifestaram contrárias em comunicado público.

O “voto de qualidade” voltou agora (por Medida Provisória) a ser proferido por um representante do Fisco quando ocorre empate no julgamento administrativo sobre assunto tributário federal. E, obviamente, voltará a acontecer (como se dava antigamente) que o assunto nunca será decidido em favor do contribuinte. No governo anterior, essa situação se inverteu: os empates passaram a ser considerados automaticamente favoráveis aos contribuintes.

“Sabemos que há chances de ela ser rejeitada pelo Congresso. Ainda assim, nosso time, em Brasília, já está em contato com uma frente parlamentar com a qual me reunirei e com o presidente da associação que repre-

senta os Conselheiros dos Contribuintes no CARF. Sugerirei que, a exemplo das nossas entidades, ingressem com ações judiciais visando bloquear essa Medida. Acredito que, com as nossas liminares, juntamente à que, possivelmente, a associação dos conselheiros pedirá e a um parecer deste GT-J, municiaremos substancialmente os parlamentares que estão lutando pela inconstitucionalidade dessa matéria”, expôs Ramos.

O coordenador do GT-J, doutor Giovanni Galvão, ponderou ao Grupo que a demanda apresentada pelo presidente Luiz Ramos é prioritária e explicou que as entidades têm um histórico de lutas na Justiça, sempre em favor da segurança jurídica, do bem comum e dos interesses das categorias que nossas entidades representam.

Na sequência, sugeriu a criação de um grupo especial para dedicar-se ao assunto. Lembrou que, no dia anterior (18), foram publicados pareceres sobre essa questão por parte do doutor Ives Gandra e da OAB, além de dois artigos em revista eletrônica.

Após as considerações de alguns participantes, ficou definido que a relatoria desse parecer será da Coordenadora Auxiliar Dra. Bruna Antonini e a revisão, feita por ele pró-

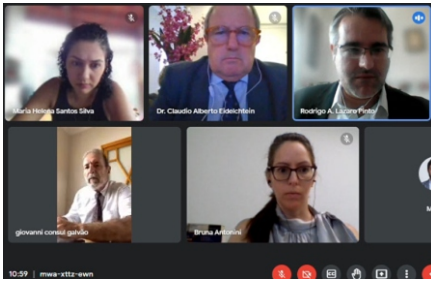
rio e pelo Dr. Cláudio Eidelchtein.

Foi discutida também a possibilidade de, juntamente a esse parecer, ser elaborado outro, mais especificamente sobre o acesso recursal, também alterado pela mesma medida provisória. Contudo, como ainda pairam dúvidas sobre a questão, ela voltará a ser debatida quando houver maior clareza.

Mesmo não estando presente nesta reunião, a doutora Maysa Pittondo Deligne, revisora do parecer do doutor Rodrigo Lázaro sobre “Interposição Fraudulenta de Terceiros”, enviou comunicado manifestando sua aprovação. Assim, a peça será distribuída aos demais membros do GT-J para aprovação final.

Já o parecer sobre “Prescrição Intercorrente em Procedimentos Administrativos de Comércio Exterior e Aduaneiros”, elaborado pelo doutor Mateus Soares de Oliveira, será apresentado na próxima reunião, por conta de um recente e importante voto proferido pelo doutor Oswaldo Castro [também membro do GT-J], no CARF, e que lançou novas luzes sobre a questão.

O parecer do doutor Giovanni, analisando a “Presunção Constitucional de Inocência:



Prerrogativa do Contribuinte no Relacionamento com o Fisco”, que terá como revisoras as doutoras Maria Helena Ferreira e Bruna Antonini, juntamente ao doutor Cláudio Eidelchtein, será apreciado posteriormente e contará, em sua elaboração, com a participação de outros membros do Grupo.

No final da reunião, o doutor Giovanni parabenizou o plano de trabalho elaborado pela doutora Bruna para 2023 e propôs que a próxima reunião aconteça em 16 de fevereiro, o que foi aprovado.

Compareceram à primeira reunião de 2023 as doutoras Bruna Antonini, Maria Helena Santos Silva Ferreira e os doutores Cláudio Eidelchtein, Mateus Soares de Oliveira, Rodrigo Lazaro e Rafael Silva Ferreira, além da equipe técnica formada por Giulia Escobar (Assessoria Técnico-Jurídica), Regina Lima (secretaria da Coordenação Administrativa), Sérgio Said e Nathália Said (ambos da Assessoria de Imprensa do SINDICOMIS/ACTC).

O GT-J é presidido por Luiz Ramos e coordenado pelo doutor Giovanni Galvão. Fazem parte do seu corpo as doutoras Bruna Antonini, Maria Helena Santos Silva Ferreira e Maysa Pittondo Deligne e os doutores Adeldo Emerenciano, Alexandre B. Leitão Fischer Dias, Cláudio A. Eidelchtein, Diego Luiz Silva Joaquim, Fernando José Diniz, Leonardo Branco, Luckas Lopes Piva, Luis Antonio Flora, Mateus Soares de Oliveira, Oswaldo Castro Neto, Rafael Silva Ferreira e Rodrigo A. Lazaro Pinto.

FIATA LANÇA PESQUISA PARA CONHECER AS PREFERÊNCIAS DOS ASSOCIADOS DA ACTC

Única representante da FIATA no Brasil, a ACTC recebeu da entidade um questionário, com o objetivo de conhecer as preferências dos associados brasileiros em relação à sua revista oficial, a FIATA Review.

A publicação, inicialmente distribuída mundialmente na versão impressa, já está disponível no formato digital. Sobre este ponto, a FIATA afirmou: “Enviar uma revista impressa em papel aos nossos membros a cada três meses deixa uma grande pegada ecológica, desde a produção até o seu envio ao redor do mundo”. A Federação incentiva a adoção da versão digital. Entretanto, em suas palavras, “(...) caso algum associado ainda queira receber a versão em papel, a FIATA se compromete a compensar as emissões de CO² geradas pela postagem de cada revista, com o plantio de uma árvore”.

Gratuidade

Além de promover a sustentabilidade ambiental, dentro da abordagem ESG de gestão (que reúne as políticas de meio ambiente, responsabilidade social e governança), a revista online não tem taxa de assinatura.

O recebimento da versão impressa, entretanto, será taxado conforme os valores mencionados no mesmo questionário (link a seguir). A gratuidade será concedida para as empresas cujos responsáveis tenham idade igual ou superior a 75 anos.

Mesmo assim, há a necessidade de preen-

her o formulário, que pode ser acessado em <https://bit.ly/3WwhPqJ>.

Versão atual

A edição atual da FIATA Review, versão online, está disponível em <https://bit.ly/3ZmgwNK>.



Não importa a sua localização, volume ou a complexidade dos seus negócios, estamos prontos para atender as suas necessidades.

KUEHNE+NAGEL

- Logística Integrada e Desembarço Aduaneiro;
- Gerenciamento logístico ponta a ponta criando cadeias de suprimentos ágeis e eficientes;
- +130 anos de história, presente em +140 países.

Saiba mais em:
br.kuehne-nagel.com



GERENTE DA ANVISA PARTICIPA DO COMITEC



Em 6 de fevereiro, a doutora Elisa da Silva Braga Boccia, titular da Gerência de Controle Sanitário de Produtos e Empresas em Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados (GGPAF) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), foi a autoridade convidada para falar no primeiro COMITEC deste ano.

O Comitê Técnico de Comércio Exterior e Fiscal, também conhecido como COMITEC, é um encontro promovido há cerca de 20 anos pelo SINDICOMIS e pela ACTC. Este último aconteceu de forma híbrida e teve, como de praxe, a abertura feita pelo presidente das entidades, Luiz Ramos.

“Dado o número expressivo de consultas que recebemos por parte dos nossos associados, propusemos à superintendência da ANVISA, em Brasília (DF), que convidasse um dos seus especialistas para estar aqui. Com muita satisfação, recebemos a doutora Elisa Braga, responsável por um dos quadros mais importantes do órgão. Por muito tempo, ela também chefiou a unidade no Aeroporto de Guarulhos”, completou.

Atuação

No início da sua apresentação, a doutora Elisa Braga citou a Lei 9.782/1999, que criou a ANVISA, e descreveu a finalidade da agência reguladora, seu organograma, as seis coordenações regionais que englobam todo o país e os 472 pontos de atuação.

Na sequência, discorreu sobre as atividades de fiscalização da ANVISA nos portos, aeroportos e fronteiras, como o controle de resíduos sólidos, água potável, saúde do viajante, alimentos, limpeza, desinfecção, climatização, controle de vetores, entre outros. “É uma atividade que ficou mais evidente na pandemia, mas a Agência sempre esteve presente nos portos e aeroportos.”

Atualmente, a fiscalização de bens para exportação se limita a produtos controlados e materiais biológicos – ou seja, a ação da ANVISA é específica em relação a uma categoria de cargas. Já em relação aos bens importados, as questões são mais amplas. Nesse rol, encontram-se os medicamentos, alimentos, cosméticos, saneantes, reagentes para diagnósticos, equipamentos e materiais médico-hospitalares e afins, imunobiológicos, entre outros.

A titular da GGPAF também falou detalhadamente sobre as modalidades de importação, como a remessa expressa e postal, bagagem acompanhada, licenciamento de importação e declaração simplificada de importação.

Após abordar o CONFAC e a participação da ANVISA nesse colegiado, a doutora Elisa Braga relatou que a agência já utiliza o módulo LPCO e participa das homologações dos demais módulos. Ressaltou, ainda, que estão em andamento a elaboração de normativa específica para autorizar o acesso aos dados da DUIMP e o aperfeiçoamento das ferramentas para gestão de risco.

Expectativas

O Plano de Trabalho da ANVISA para o biênio 2023-2024 contempla a ampliação do OEA-Integrado, em parceria com os anuentes no SISCOMEX. Por sua vez, a Agenda Regulatória para o período de 2021 a 2023 reúne 159 projetos, sendo a RDC 81 “o grande sonho e uma das RDCs mais complexas da ANVISA”, em suas palavras. “Precisaremos muito da ajuda de vocês nessa RDC, que deverá estar ajustada à nossa realidade. Convido-os a participar desse projeto.”

Perguntas e respostas

A parte final do encontro foi reservada às perguntas dos participantes, quando foram levantadas questões sobre remessa expressa, pagamento da taxa da ANVISA, RDC 81, a possibilidade de incluir os termos de responsabilidade no Portal, importações por parte de hospitais, dificuldade no pagamento das guias da ANVISA por PIX e boleto, entre outras.

Uma dúvida de destaque estava relacionada aos equívocos cometidos pelos colaboradores das empresas, que acabam por travar os processos. De acordo com a doutora Elisa Braga, 67% dos indeferimentos são originários de protocolos errados, ausência de documentos ou escolha de assuntos equivocados.



EXPEDIENTE

Acontece é uma publicação bimestral do Sindicato dos Comissários de Despacho, Agentes de Carga e Logística do Estado de São Paulo (SINDICOMIS) e da Associação Nacional Das Empresas Transitárias, Agentes de Carga Aérea, Comissárias de Despachos e Operadores Intermodais (ACTC), com sede na Rua Avanhandava, 126, 6º andar, conjuntos 60 e 61, bairro Bela Vista, São Paulo, CEP 01306-901, tel.: (11) 3255-2599, site: www.sindicomis.com.br, e-mail: actc@sindicomis.com.br | Produção: SZS Comunicação | e-mail: redacao@szscomunicacao.com.br | Editor: Sérgio Said Mtb 36.000 | Revisora: Nathália Said

SINDICOMIS E ACTC PRESTIGIAM O FÓRUM BRASIL EXPORT 2023

O SINDICOMIS e a ACTC assistiram ao lançamento do Fórum Brasil Export 2023, realizado em 7 de fevereiro, no Clube Naval, em Brasília (DF). O evento contou com mais de 400 convidados, entre lideranças do segmento de comércio exterior e autoridades públicas dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Entre os participantes, estavam o CEO do Fórum Brasil Export, Fabricio Julião; o desembargador Celso Peel, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região; o ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França; o diretor geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), Eduardo Nery; e o presidente da Frente Parlamentar Mista de Logística e Infraestrutura (FRENLOGI), Wellington Fagundes.

O presidente do SINDICOMIS, da ACTC e da CIMEC, Luiz Ramos, avaliou: "Penso que um evento desta magnitude reforça o compromisso do setor de logística, infraestrutura e transportes no país com o objetivo de atrair

novos negócios e soluções inteligentes para a cadeia logística portuária". Ele acrescentou: "Nossas entidades entendem que todas as iniciativas do Fórum Brasil Export estão voltadas a colaborar para a ampliação dos investimentos na infraestrutura nacional, dentro de uma política de desenvolvimento sustentável e diversificada".

Os representantes do Fórum reforçaram seu compromisso com todas as regiões do país. O movimento investe, também, em sua expansão internacional, com a criação do Mercosul Export e do Singapura Export, além da realização da segunda edição do Portugal Export.

Todas as ações buscam colaborar para a ampliação da infraestrutura nacional de transportes, passando por ferrovias, rodovias, portos, aeroportos, hidrovias e seus sistemas logísticos, a partir de investimentos diversificados, dentro de uma política de desenvolvimento sustentável e de distribuição de riquezas.



SINDICOMIS E ACTC ACOMPANHAM EVENTO DA ANTAQ SOBRE O DESEMPENHO AQUAVIÁRIO EM 2022

Em 8 de fevereiro, o SINDICOMIS e a ACTC compareceram ao evento de divulgação do Painel Estatístico Aquaviário da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), realizado na sede da autarquia, em Brasília (DF).

O encontro foi presidido pelo diretor geral da ANTAQ, Eduardo Nery Machado Filho. Na ocasião, foram apresentados dados como o número de navegações (longo curso, cabotagem, hidrovias e interior) no país; o volume de mercadorias transportadas (agrícolas, minerais, industriais e combustíveis) e o balanço das fiscalizações e outorgas de empresas e instalações portuárias em 2022.

De acordo com o diretor geral da Agência, o setor portuário movimentou mais de 1,2 bilhão de toneladas em 2022. Essa é a segunda maior movimentação portuária registrada desde 2010. O índice ficou somente 0,40% abaixo do ano de 2021.



CONSULTORIA



Após o embarque da mercadoria ao exterior, qual o prazo máximo para liquidação do contrato de câmbio de exportação?

Conforme estabelece o § 4º, art. 38 da Resolução BCB nº 277, de 31/12/2022, se a liquidação de operação de câmbio de exportação ocorrer após a data do embarque da mercadoria ou da prestação do serviço, o prazo máximo entre tais eventos é de mil e quinhentos dias.

Como fica a tributação de mercadorias vindas do exterior como Incoterms DDP, via aérea DHL?

Em resposta à sua consulta, informamos que, na importação via courier, a Instrução Normativa nº 1.737/2017 não define condição de Incoterm, devendo na operação ser aplicado o Regime Simplificado de Tributação ou seja 60% de I.I. mais ICMS. Quanto ao Incoterm DDP, este não é permitido na importação conforme Resolução Camex nº 16/2020.

Nesse sentido, recomendamos consulta à DHL, uma vez que é a responsável pela liberação da carga para correção da Declaração de Importação Remessa (DIR).

Em qual NCM se classifica e como proceder com a importação na DI para um software para drone, sendo apenas a licença pela Internet?

Informamos que os softwares que não se apresentam em meio físico (Internet, licença de uso ou download) não possuem qualquer tratamento aduaneiro e nem NCM, uma vez que não existe mercadoria envolvida, devendo seguir os procedimentos previstos pelo Bacen para pagamento de serviço.

Uma vez considerada importação de serviços, o pagamento poderá ser efetuado através de transferência financeira, conforme Lei nº 14.286/2021, desde que observando a legalidade da transação, inclusive de ordem tributária, tendo como base a fundamentação econômica das operações e as responsabilidades definidas na respectiva documentação; podendo, ainda, comentar que a parte relativa a serviços (programas e direitos autorais) está normalmente sujeita a outros tributos (IR, ISS, PIS e Cofins de serviços e Cide), se for o caso.

Contato: Roberta Cristina da Silva
roberta@aduanearas.com.br
 11 | 4862-0498

Há previsão legal para a prorrogação excepcional dos prazos de suspensão de tributos previstos nos atos concessórios do Regime Especial de Drawback Integrado Suspensão para o ano de 2023?

Até o presente momento, não há amparo legal autorizando a prorrogação excepcional para o ano de 2023. A última prorrogação excepcional contempla os Atos Concessórios vencidos em 2021 e 2022, conforme art. 3º da Lei nº 14.336/2022.

Qual é a atual norma que dispõe sobre os procedimentos para utilizar o Remicex?

Os arts. 665 a 685 da Instrução Normativa RFB nº 2.121/2022 dispõem sobre a aplicação ao Remicex. Verifique também o art. 49 da Lei nº 11.196/2005 e o Decreto nº 6.127/2007.

Qual é a NCM para películas de celular?

Informamos que, para películas de celular, sugerimos os seguintes enquadramentos:

- Plástico: código NCM/SH 3926.90.90;
- Vidro: código NCM/SH 7020.00.90

Para um posicionamento oficial, sugerimos consulta à Receita Federal conforme Instrução Normativa nº 2.057/2021.

Qual é o prazo de validade da declaração juramentada de origem para o acordo comercial ACE-18 (Mercosul)?

No caso de produtos ou bens que forem exportados regularmente, e desde que o processo e os materiais componentes não sejam alterados, a declaração poderá ter uma validade de 180 dias, contados a partir da data de sua emissão.

